

Inquérito: O estatuto do professor

Nos últimos tempos a imprensa tem sido farta em notícias que interessam aos professores. A esse propósito, Luísa Araújo (Professora de Ciências da Educação) diz, no Público de 28 de Março de 2007, que o ritmo com que o Ministério da Educação anuncia medidas atrás de medidas tem um efeito curioso: ninguém discute as implicações que cada uma delas e todas elas, no seu conjunto, podem ter no nosso sistema educativo.

De entre as novidades citemos três: (a) a criação da categoria de Professor Titular, (b) a ideia de organizar a preparação dos professores de modo a habilitá-los a ensinar todas as disciplinas nucleares do 1º ao 6º ano (tema tratado no artigo referido), (c) o velho problema da autoridade dos professores em conjugação com a indisciplina (veja-se o Diário de Notícias de 3 de Abril de 2007).

Com o objectivo, não de conseguir conclusões com relevo estatístico, mas somente de auscultar quem tem experiência, provocar a meditação e fomentar a discussão, a Gazeta de Matemática pôs as seguintes perguntas e solicitou respostas sucintas:

Questão 1: Que acha da criação da categoria de Professor Titular?

Questão 2: E que pensa dos critérios de promoção? Não são demasiado burocráticos (contagem do número de faltas, etc.) em vez de se basearem na qualificação e desempenho científico e pedagógico dos pretendentes?

Questão 3: Devem preparar-se os professores para ensinar todas as disciplinas do 1º até ao 6º ano ou é preferível pre-

parar professores especializados em áreas razoavelmente restritas do conhecimento?

Questão 4: Quanto à indisciplina (e mesmo violência na Escola) acha que se deve dar mais autoridade aos professores ou antes pelo contrário?

Questão 5: Devem atribuir-se mais responsabilidades aos adolescentes, inclusivamente considerando-os mais capazes no plano ético? Por exemplo, quando um adolescente não se interessa pela Escola ou despreza o conhecimento ou é indisciplinado, a qual dos pontos se deve dar mais ênfase: (1) a causa reside no professor (ou na Escola ou nas infra-estruturas) porque não sabe motivá-lo, (2) a causa deve procurar-se no adolescente que não assume as suas obrigações e já tem idade para isso?

António Celestino Lima dos Santos,
Instituto de Odivelas

Questão 1: Com a instituição de professores titulares, querer-se-á estabelecer uma distinção entre professores de primeira e professores de segunda? Com que critérios? E quais as funções de tais titulares? Será o professor titular, "um glorificado professor delegado" em cada área de ensino? Do mal o menos, mas então será determinante a elaboração de uma grelha onde conste a descrição do seu conjunto de tarefas, salvaguardando, ao mesmo tempo, uma sã camaradagem, num espírito de entreaajuda. Não seria mais útil a criação de professores de recupera-

ção/objectivos mínimos para ajudar os alunos com maiores dificuldades?

Questão 2: Os critérios de promoção de professores deverão sobretudo basear-se em qualificações e provas dadas de aptidão científico-pedagógica e assiduidade. Porém, a obtenção inequívoca de tais provas requer por vezes estratégias de difícil consolidação. *Por favor: cuidado com as opiniões de pais e alunos.*

Já não me repugna a crítica construtiva do conjunto da informação que os professores fornecem de uma forma vinculativa, através de fichas formativas, testes de avaliação e outros materiais, em conjugação, com a apreciação criteriosa (mais outra dificuldade?) dos resultados obtidos, como médias e percentagens de positivas. Mas tudo contra um pano de fundo de *sã camaradagem e entreajuda.*

Questão 3: Em França, a opção por um professor único até ao 5º ano de escolaridade, parecer ter um grande sucesso. No entanto naquele país os critérios de admissão e a preparação dos alunos-mestres são altamente exigentes.

Questão 4: Os professores deverão ter mais autonomia e autoridade e os *procedimentos disciplinares deverão ser mais céleres e simples.*

Questão 5: Haverá sempre modos adequados de envolver os alunos no processo educativo. Mas nada de empolar os "direitos dos alunos" nem de propor passagens de ano gratuitas ao estilo do que já se fez na Itália. Sim à criação de saídas vocacionais para alunos sem apetência para currículos académicos.

Branca Maria Ruas,

Escola Secundária Amélia Rey Colaço, Linda-a-Velha

Questão 1: Não concordo.

Questão 2: Discordo do princípio da aplicação de quaisquer critérios dos quais os docentes não tinham conhecimento e de incidirem apenas sobre parte da carreira. Os professores não sabiam que poderiam vir a ser penalizados por terem "SÓ" dado aulas nos últimos 7 anos.

Não concordo com certos critérios, principalmente os que se referem ao desempenho de alguns cargos, que, na minha opinião, não contribuem para melhorar a qualidade da função docente.

A qualificação e o desempenho científico e pedagógico são determinantes mas não se podem dissociar do profissionalismo e sentido de responsabilidade. Assim, penso que faz sentido ter em conta o número e o tipo de faltas dadas por um docente, em cada ano lectivo, ao longo de toda a sua carreira mas não apenas nos últimos 7 anos.

Um professor que, num ano lectivo, não tenha dado faltas, deveria ter uma pontuação diferenciada.

Questão 3: Discordo completamente de uma formação generalista. Os professores têm que gostar muito do que fazem e das matérias que leccionam, por isso defendo uma formação especializada, por disciplina, o que não significa inexistência de interdisciplinaridade. Os programas têm de ser elaborados de forma a permitir que ela se possa efectuar de uma forma natural e não forçada.

Sendo professora de Matemática, receio as consequências que esta medida venha a ter no futuro, pois estou certa que não irá diminuir o insucesso.

Questão 4: Deve ser dada mais autoridade aos professores e dignificar a profissão docente. Os Encarregados de Educação devem participar, como parceiros, no processo educativo dos seus educandos. É fundamental que nas Escolas exista um clima de respeito entre todos, em particular na sala de aula. A indisciplina contribui para o insucesso dos alunos.

Questão 5: Os adolescentes devem ser mais responsáveis e os encarregados de educação devem ter um papel fundamental neste processo.

Existem muitas outras causas, a maior parte delas exteriores à Escola, para este problema.

Os dois pontos (1) e (2) não podem ser colocados em alternativa.

Professores, alunos e encarregados de educação devem reflectir sobre as causas possíveis desse desinteresse e assumir as suas responsabilidades.

Maria do Céu Silva,

Escola Secundária Alexandre Herculano, Porto

Questão 1: Embora pareça prematuro prever o impacto que a criação da categoria de professor titular pode vir a ter na organização do novo sistema escolar, uma coisa é certa, alguns itens da sua concepção são profundamente injustos. Se outras razões não existissem, bastariam as duas que refiro em seguida: o facto de apenas serem considerados os últimos sete anos de uma carreira que pode ascender a mais de 30 e a desvalorização em termos de pontuação de um candidato que, embora tendo efectivamente exercido funções docentes, o tenha feito num estabelecimento público de ensino superior. Parece natural esperar que, concebida tal como está, a criação da categoria de professor titular condicionará a atitude crítica do professor e promoverá o individualismo e a competitividade, com prejuízo do trabalho em equipa.

Questão 2: Não tenho dúvidas que o critério que primeiro deve pesar na progressão da carreira de um professor deve ser o da sua competência científica e pedagógica, em simultâneo e na mesma proporção. Também não tenho dúvidas sobre a importância da assiduidade (dos professores e de todas as classes profissionais!). Mas parece-me extremamente injusto que alguém seja penalizado por usar um privilégio que a lei lhe concede: poder ao longo do ano lectivo utilizar uns poucos dos dias de férias a que tem direito para tratar de algum assunto pessoal inadiável.

Questão 3: É indiscutível que, quanto mais diversificada for a preparação de um candidato a professor melhor será a sua prestação enquanto tal. Mas isso não significa que ele não deva ter uma especialização em alguma área do conhecimento e que seja nela que exerça a sua actividade docente. Justamente por isso, parece-me que não pode haver vantagem em implementar um sistema de ensino em que os dois primeiros ciclos sejam totalmente confiados a

um professor. Afigura-se-me que, nestas condições, além de ficar privado de crescer na diversidade do contacto com métodos de trabalho diferentes, o aluno fica ainda sujeito a um tipo de ensino mais superficial (acredito que são raros os exemplos de super-professores). Por isso, entendo que na formação básica devem existir professores diferentes, cobrindo as seguintes áreas disciplinares: ciências, letras, educação física e educação artística.

Questão 4: Estou convencida que o factor mais importante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem está directamente relacionado com a autoridade do professor. Parece-me, no entanto, que essa autoridade não pode adquirir-se por decreto. Ela vai sendo conquistada à medida que a sociedade for reconhecendo a importância do papel do professor na sua formação e transformação; e essa tarefa é, naturalmente, da incumbência do Ministério da Educação.

Questão 5: Embora não sejam de excluir casos em que a causa da indisciplina reside no professor e/ou na Escola, parece-me que é sobretudo no comportamento do adolescente e na atitude das famílias que ela deve ser procurada. Por um lado, vivemos numa sociedade demasiado permissiva (também com os adolescentes), em que muitos pais se demitem da sua tarefa de educadores, remetendo-a quase inteiramente para a Escola. Por outro lado, nos últimos anos criou-se a ideia que aprender deve ser algo que se realiza sem esforço. Estes dois erros crassos traduzem-se na desresponsabilização dos alunos, com as consequentes atitudes de indisciplina que todos conhecemos. Para fazer da Escola um espaço agradável, onde o processo de ensino-aprendizagem seja possível, é necessário instituir e fazer cumprir regras de boa convivência entre todos os intervenientes no processo educativo, o que torna indispensável responsabilizar os alunos, adequando, naturalmente, essa responsabilidade à faixa etária em que se enquadram.